

GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Gestão em Saúde Pública visa discutir os principais conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas, planos e programas de saúde bem como o planejamento e programação em saúde no contexto do SUS e os instrumentos de planejamento como ferramenta da gestão municipal. Tratar da integração e utilização de um software na elaboração de análises epidemiológicas e produção de resultados. A municipalização do Sistema Único de Saúde em implantação no Brasil proporciona grande demanda por profissionais que além de domínio na área de saúde, sejam também especialistas em gestão. Esses profissionais devem garantir, não apenas oferta de atendimento nas ações básicas oriundas de demandas espontâneas, mas, acima de tudo, devem proporcionar um alto nível de qualidade e eficácia das ações de saúde, sejam elas preventivas curativas e/ou restauradoras no âmbito físico ou mental.

OBJETIVO

Capacitar profissionais para atuarem no setor de gestão de saúde.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
430	Epidemiologia e Vigilância em Saúde no Brasil	30

APRESENTAÇÃO

Discutir os principais conceitos necessários para elaboração e/ou compreensão do diagnóstico de saúde de uma determinada localidade.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos relacionados a epidemiologia e vigilância na saúde pública visando a atenção básica de saúde.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Estudar os principais mecanismos da inteligência epidemiológica como modelo de organização em saúde;
- Conhecer os conceitos e definições em epidemiologia importantes para vigilância sanitária;
- Compreender o uso da vigilância e da monitorização na saúde pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA COMO MODELO DE ORGANIZAÇÃO EM SAÚDE 1.1 CICLO DE INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE 1.2 INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA 1.3 GEOPOLÍTICA E SALVAGUARDAS INTERNACIONAIS 1.4 COMUNIDADE DE INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA 2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES EM EPIDEMIOLOGIA IMPORTANTES PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA 2.1 DEFINIÇÕES E CONCEITOS FUNDAMENTAIS 3. USOS DA VIGILÂNCIA E DA MONITORIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA 3.1 VIGILÂNCIA 3.2 O USO DA MONITORIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA 4. REFLEXÕES SOBRE A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: MAIS ALÉM DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA 4.1 REVISÃO DAS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO 4.2 ABRANGÊNCIA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA 4.3 ESTRATÉGIAS DE MONITORIZAÇÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

MASCARENHAS RS. Contribuição para o estudo da administração sanitária estadual em São Paulo. Tese de Docência-livre. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1949. MONTEIRO CA, Benício MHD, Freitas ICM. Melhoria em indicadores de saúde associados à pobreza no Brasil dos anos 90: descrição, causas e impacto sobre desigualdades regionais. Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em nutrição e Saúde da USP, São Paulo, 1997. STEPAN N. Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. Ed. Artenova, Rio de Janeiro, 1976. VAUGHAN JP, Morrow RH. Epidemiologia para os municípios. Manual para gerenciamento dos distritos sanitários. Editora HUCITEC, São Paulo, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

COHN, A.; Elias, P.E.M. Saúde no Brasil: Políticas e Organização de Serviços. São Paulo: Cortez: Cedec, 2001. DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA – Introdução À Medicina Preventiva – Apostila Utilizada para o curso de Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1997, 80 Páginas. FLETCHER, Rh, Epidemiologia Clínica, 3.ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. MEDRONHO, Ar; Carvalho, Dm; Block Kv; Luiz, Rr; Werek, Gl.(Ed). Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2002.

PERIÓDICOS

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde no Brasil 2004. Uma Análise da Situação de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. NEGRI, B; Viana, A.L.D. (Orgs.) O Sistema Único De Saúde Em Dez Anos De Desafios. São Paulo: Sobravime: Cealag, 2002.

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

O que é uma Farmácia básica, os requisitos para adquirir financiamento para implantar, os medicamentos disponíveis, CTF. Gestão da Farmácia Básica e Popular. Legislação.

OBJETIVO GERAL

- Compreender as percepções sobre o sistema único de saúde e de assistência farmacêutica do SUS.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Reconhecer a importância da ampliação o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais;
- Estudar a PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09
- Conhecer a legislação de referente ao programa de farmácia popular no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS O PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL NO CONTEXTO GERAL LEGISLAÇÃO PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09

REFERÊNCIA BÁSICA

Associação Paulista de Medicina. SUS: O que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Programa Farmácia Popular do Brasil: manual básico / Ministério da Saúde, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. FERREIRA, A.O. Guia Prático de Farmácia Magistral. 2.ed., São Paulo: Pharmabooks, 2002. WEICHERT, Marlon Alberto. Saúde e Federação na Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARRETO, J.L. Análise da gestão descentralizada da assistência farmacêutica: um estudo em municípios baianos. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007. BARROS, J.A.C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses de saúde? Brasília: Unesco, 2004. PERINI, E. Assistência farmacêutica: fundamentos teóricos e conceituais. In: ACÚRCIO, F.A. (Org.). Medicamentos e assistência farmacêutica. Belo Horizonte: COOPMED, 2003. PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. PONTES, A.L.M. et al. Ensino da saúde e a rede de cuidados nas experiências de ensino-aprendizagem. In: PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. p.251-74. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 28. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

VIEIRA, F.S. Qualificação dos serviços farmacêuticos no Brasil: aspectos inconclusos da agenda do Sistema Único de Saúde. Rev. Panam. Saúde Pública, v.24, n.2, p.91-100, 2008.

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR — A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO — O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.^a: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4^a. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9^a. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

APRESENTAÇÃO

Analisa a gerência dos serviços de saúde no contexto brasileiro, enfatizando as estratégias administrativas nos diferentes níveis organizativos do sistema de saúde. Aborda teoria das organizações, gestão de pessoas e as práticas gerenciais em saúde. Conceituação e teoria geral do planejamento. Origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil: do método CENDES-OPAS ao enfoque estratégico. As vertentes do enfoque estratégico: a proposta de Mário Testa, o Planejamento Estratégico Situacional e a Proposta de Medellín. Conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas, planos e programas de saúde. Planejamento e programação em saúde no

contexto do SUS. Instrumentos de planejamento como ferramenta da gestão municipal.

OBJETIVO GERAL

Reflexão sobre Planejamento e Avaliação das Ações de Saúde no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Estudar a teoria geral do planejamento bem como a origem e evolução histórica do planejamento na América Latina e no Brasil; Explicar os conceitos básicos e os seus usos na formulação de políticas públicas e programas de saúde; Entender o funcionamento do sistema de planejamento do SUS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONCEITUAÇÃO E TEORIA GERAL DO PLANEJAMENTO PLANEJAMENTO EM SAÚDE ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PLANEJAMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DO MÉTODO CENDES-OPAS AO ENFOQUE ESTRATÉGICO PLANEJAMENTO E GERÊNCIA: AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA AS VERTENTES DO ENFOQUE ESTRATÉGICO: A PROPOSTA DE MÁRIO TESTA, O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL E A PROPOSTA DE MEDELLÍN AS ORIGENS E AS CORRENTES ATUAIS DO ENFOQUE ESTRATÉGICO EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE NA AMÉRICA LATINA CONCEITOS BÁSICOS E OS SEUS USOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DE SAÚDE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS – UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS UNIDADE VI - INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO MUNICIPAL SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: INSTRUMENTOS BÁSICOS

REFERÊNCIA BÁSICA

BORBA, V. Municipalização da saúde: roteiro básico e plano diretor. São Paulo: Cedas. 1993. KOONTZ, H. O'DONNELL, C, WEIHRICH, H. Administração: Organização Planejamento E Controle. 14 Ed. São Paulo; Pioneira 1987. OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias E Práticas. São Paulo: Atlas, 1989.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Oficina de Monitoramento e Avaliação com foco na Melhoria do Programa. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância de Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS 2007. CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1980. CHIAVENATO, I. Administração - Teoria, Processo e Prática, 1^a ed., São Paulo, Ed. McGraw-Hill, 1985. MATUS, C. Política, planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1993. 2 v. _____. Plano Nacional de Saúde. Alguns aportes para sua elaboração. [S.I. s.n.], 2004. Mimeografado. MINTZBERG, H.; AHSLTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000. 299 p. NEMES FILHO, Alexandre. A unidade básica e o sistema de saúde. In: SCHRAIBER, Lilia Blima et al. (Org.). Saúde do adulto: programas e ações na unidade básica. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000. p. 276-286. TANCREDI, Francisco Bernardini et al. Planejamento em saúde. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde & cidadania, 2).

PERIÓDICOS

CIAMPONE, Maria Helena Trench et al. Planejamento na prática da Enfermagem em um hospital de ensino. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 273-80, out. 1998.

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRIPTIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: [. Acesso em: 20 jun. 2008.](http://www.ibge.gov.br)

441

Políticas e Organização dos Serviços de Saúde

45

APRESENTAÇÃO

A assistência à saúde no Brasil: histórico, cenários, dilemas e tendências; Bases legais; Políticas de Saúde: tendências, processo de descentralização; Intersectorialidade; Controle social/ participação da comunidade / Normas Operacionais; NOAS ? Gestão de contratos e mecanismos de regulação; Os modelos do SUS e Saúde Suplementar; Fontes de Financiamento; Remuneração dos Serviços; Gerenciamento da Assistência e Mecanismos de regulação.

OBJETIVO GERAL

Analizar a conformação das políticas sociais no capitalismo e o delineamento da crise do Estado de Bem-Estar social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Análise da gestão da política de saúde do Brasil; Contextualização das políticas de saúde do Brasil nas atuais transformações do capitalismo e o papel do Estado, analisando as repercussões e possibilidades para a implementação do Sistema Único de Saúde; Estudar a evolução histórica das políticas de saúde está relacionada diretamente a evolução político-social e econômica da sociedade brasileira; Apontar possibilidades para o enfrentamento da implementação do SUS no contexto em foco por meio da politicidade do cuidado – gestão da ajuda-poder para a (re)construção da autonomia de sujeitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL - COMO ANALISAR E COMPREENDER TODA ESTA COMPLEXA REALIDADE DO SETOR DE SAÚDE NO PAÍS? 1500 ATÉ PRIMEIRO REINADO INÍCIO DA REPÚBLICA 1889 ATÉ 1930 - QUADRO POLÍTICO QUADRO SANITÁRIO O NASCIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A CRISE DOS ANOS 30 O QUADRO POLÍTICO A PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO NOVO SAÚDE PÚBLICA NO PERÍODO DE 30 A 60 A LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO DOS IAPS O MOVIMENTO DE 64 E SUAS CONSEQUÊNCIAS AÇÕES DO REGIME MILITAR NA PREVIDÊNCIA SOCIAL AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA NO REGIME MILITAR 1975 - A CRISE O FIM DO REGIME MILITAR O NASCIMENTO DO SUS OS GOVERNOS NEOLIBERAIS - A PARTIR DE 1992 ASSISTÊNCIA PÚBLICA À SAÚDE NO BRASIL: ESTUDO DE SEIS ANCORAGENS O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO E ANCORAGEM: CONCEITOS BÁSICOS A IMPORTÂNCIA DA ANCORAGEM COMO FIGURA METODOLÓGICA DO DSC A IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA DA ANCORAGEM ASSISTÊNCIA À SAÚDE: SERVIÇO OU DIREITO? POLÍTICAS DE SAÚDE E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR: REPERCUSSÕES E POSSIBILIDADES PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE CONFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL POLÍTICAS DE SAÚDE EM CENÁRIOS DE (RE)CONFIGURAÇÃO DO CAPITAL: O CASO DO BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO SUS PARA CONCLUIR: FORTALECENDO CIDADANIAS POR MEIO DA POLITICIDADE DO CUIDADO

REFERÊNCIA BÁSICA

ALBUQUEQUER, Manoel Maurício. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1981, 728 p. ed. CAMPOS, Francisco E.; OLIVEIRA, Mozart; TONON, Lidia M. Legislação Básica do SUS. Belo Horizonte: Coopmed, 1998.161 p. (Cadernos de saúde, 3) COSTA, Nilson Rosário. Políticas públicas: justiça distributiva e inovação. São Paulo: Hucitec, 1998. 178 p.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DONNANGELO, Maria C.F. Medicina e sociedade: o médico e seu mercado de trabalho Pioneira: São Paulo, 1975, 174 p. GUIMARÃES, Reinaldo. Saúde e Medicina no Brasil: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: Graal, 1979, 225 p. LEITE, Celso c. A crise da Previdência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 72LUZ, Madel F. As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro, Graal, 1979, 295 p. MENEZES, Maria J. Planejamento Governamental; um instrumento a serviço do poder. Cadernos do curso de pós-graduação em administração, UFSC, Florianópolis, 1974. NICZ, Luiz F. Previdência social no Brasil. In: GONÇALVES, Ernesto L.35 Administração de saúde no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1988, cap. 3, p.163-197.

PERIÓDICOS

POSSAS, Cristina A. Saúde e trabalho – a crise da previdência social. Rio de Janeiro, Graal, 1981, 324 pag.

442

Programa de Saúde da Família

45

APRESENTAÇÃO

Políticas de saúde: origens, processo de elaboração, implementação e gestão do Programa Saúde da Família.

OBJETIVO GERAL

Avaliação e monitoramento da qualidade na PSF e reforçar o papel da residência como medida privilegiada para a qualificação dos profissionais de saúde na atenção primária.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Estudar e opinar sobre as vantagens e desvantagens do PSF no sistema de saúde brasileiro; Refletir a visão sobre o Programa de Saúde da Família vem mudando com o passar do tempo, desde crítica a seu caráter focalizado até sua consideração como ação afirmativa; Investigar o perfil de utilização destes serviços pelo conjunto da população cadastrada, prevalecendo a opção por inquéritos de usuários de Unidades de Saúde da Família (USF).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AVALIAÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ENFOQUE SOBRE SEUS PRESSUPOSTOS BÁSICOS, OPERACIONALIZAÇÃO E VANTAGENS RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO PERÍODO QUE ANTECEDEU O PSF OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO PSF AS ESTRATÉGIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PSF OS DIFERENTES MODELOS DE IMPLANTAÇÃO DO PSF OS FACILITADORES E DIFICULTADORES DA IMPLANTAÇÃO DO PSF VANTAGENS (E DESVANTAGENS) DO PSF CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DE MAIOR EQUIDADE NA POLÍTICA DE SAÚDE UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM REGIÕES METROPOLITANAS: ABORDAGEM METODOLÓGICA

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica. Proposta de estruturação de atenção básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. _____. Ministério da Saúde. Gestão municipal de saúde: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação para melhoria da qualidade da Estratégia Saúde da Família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviço e tecnologia. Brasília, DF: Unesco; Ministério da Saúde, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, C. et al. A reforma sanitária brasileira: em busca da equidade. Washington, DC: OPS, 1999. (Technical Papers, 17). BRANDÃO, C.R. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo, Cortez, 1995. p.89. BRASIL Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família. Brasília, COSAC, 1994. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, 1997. SISSON, M. C. Avaliação da implantação do Programa de Saúde da Família no Programa Docente-Assistencial de Florianópolis.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Patty F.; GIOVANELLA, Lígia. Avaliação em Atenção Básica à Saúde no Brasil: mapeamento e análise das pesquisas realizadas e/ou financiadas pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2000 e 2006. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1.727-1.742, 2008.

443

Relações Interpessoais

30

APRESENTAÇÃO

Relações interpessoais, intrapessoais, intragrupais; Indivíduo, pessoa e papéis sociais; ética e bioética; teoria dos papéis de Erving Goffman; teoria dos vínculos de Pichón Riviére; Papéis e representações sociais; Conflito entre papéis profissionais no universo organizacional da saúde; Atores sociais num universo cultural-organizacional de saúde: mitos, símbolos, valores e lógicas na gestão da saúde; Competição, ruídos e comunicação interpessoal; Relações interpessoais e resistências à interdisciplinaridade no mundo da saúde.

OBJETIVO GERAL

- Pesquisar as práticas interativas do trabalho em equipe de Saúde com foco no relacionamento interpessoal dos seus integrantes buscando construir repertórios interpretativos é um desafio considerando as implicações relacionais no contexto do trabalho em saúde que ainda causam estranheza.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre a necessidade de intervenção integrada na assistência à saúde, bem como a forma como está integração se dá na prática das instituições de saúde;
- Colaborar para a compreensão desse jogo de representações que envolvem empresários, colaboradores e clientes inseridos nesse ambiente marcado por conflitos e por busca de harmonias social;
- Compreender os fenômenos que envolvem toda a representação de papéis sociais pode ser uma ferramenta importante para a projeção de uma postura desejável e menos conflituosa no ambiente organizacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INTRAPESSOAIS RELAÇÕES INTERPESSOAIS PONTOS FORTES NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS OS PONTOS FRACOS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS A HABILIDADE INTERPESSOAL RELAÇÕES INTRAPESSOAIS HABILIDADE INTRAPESSOAL RELAÇÕES INTERGRUPAIS E INTRAGRUPAIS POR QUE FORMAMOS GRUPOS DESENVOLVIMENTO GRUPAL DESEMPENHO GRUPAL RELAÇÕES INTERGRUPAIS CONFLITO INTERGRUPAL A ADMINISTRAÇÃO DO CONFLITO INTERGRUPAL INDIVÍDUO, PAPÉIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS INTERAÇÃO SOCIAL A INTERAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO GRUPOS SOCIAIS PAPEL E ESTATUTO SOCIAL PAPÉIS SOCIAIS, HARMONIA E CONFLITO NO AMBIENTE EMPRESARIAL: REFLEXÕES SOCIOLOGICAS A PARTIR DA OBRA DE ERVING GOFFMAN APORTE CONCEITUAIS EM TORNO DAS REPRESENTAÇÕES DE PAPÉIS SOCIAIS REPRESENTAÇÕES DE PAPÉIS SOCIAIS NO AMBIENTE EMPRESARIAL TEORIA DOS VÍNCULOS DE PICHÓN RIVIÉRE ÉTICA E BIOÉTICA O QUE É A BIOÉTICA? QUAL A RAZÃO DA EMERGÊNCIA DA BIOÉTICA? DIFERENTES MOMENTOS DA BIOÉTICA RELAÇÕES INTERPESSOAIS E RESISTÊNCIAS À INTERDISCIPLINARIDADE NO MUNDO DA SAÚDE EQUIPES DE SAÚDE: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR HABILIDADES SOCIAIS E AS COMPETÊNCIAS PARA AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS CONSTRUTIVAS NA FORMAÇÃO DE EQUIPE DE SAÚDE

REFERÊNCIA BÁSICA

- AMADO, Giles; GUILLET, Andre. A Dinâmica da Comunicação nos Grupos. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
BAREMBLITT, Gregório. Grupos, Teoria e Técnica. Graal/Ibrapsi: Rio de Janeiro, 1982. MAGALHÃES, L. R. Aprendendo a lidar com gente: relações inter-pessoais no cotidiano. Salvador. Casa da Qualidade EDUFBA. 1999.
MOSCOVIZI. Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano. 7 ed. José Olympio.2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. GONÇALVES, Ana Maria; PERPETUO, Susan Chiode. Dinâmica de grupos na formação de lideranças. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MATTA, João Eurico. Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento de Organizações. São Paulo: Pioneira, 1995. MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo. 12. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. PICHON-RIVIÈRE, Enrique. Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1988. SUN-TZU. A arte da guerra: por uma estratégia perfeita. Trad. PUGLIESI, Helisa Sarzana; PUGLIESI. São Paulo: Madras, 2011. TUCKMAN, B. Manual de Investigação em Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. VELA, Jesus Andres. Análise e Solução de Problemas Grupais: um caminho metodológico em grupo. São Paulo: Edições Loyola, 1995. ZIMERMAN, David e OSÓRIO, Luis Carlos. Como Trabalhamos com Grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PERIÓDICOS

BODART, Cristiano das N. Papéis sociais, harmonia e conflito no ambiente empresarial: reflexões sociológicas a partir da obra de Erving Goffman. Revista Foco. 5.ed. Abril de 2012. ISSN 1981-223X. Disponível em: . Acesso em 13 Fev. 2013.

444

Sistemas de Informações Gerenciais em Saúde

45

APRESENTAÇÃO

Trata da integração e utilização de um software na elaboração de análises epidemiológicas e produção de resultados. Discute a captação de dados via Internet para utilização em epidemiologia. A visão contábil x ERP: sistemas e subsistemas; Funcionalidades dos sistemas: Estudos de um produto; Aplicações médicas; características e requisitos; Planejamento de Sistemas de Informação; Sistemas de Informação e Planejamento Estratégico.

OBJETIVO GERAL

Relacionar as principais fontes de informações e de Sistemas de Informação em saúde, de âmbito nacional, muitos dos quais já estão disponíveis através da Internet.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Reconhecer a importância do uso de informações epidemiológicas no planejamento e na avaliação dos serviços de saúde; Estudar a utilização de sistemas de informações enquanto instrumento de definição do perfil epidemiológico, ações de planejamento e avaliação de serviço; Refletir sobre as principais fontes de informações e de sistemas em saúde nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA MUNICÍPIOS TIPOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO FORMAS DE ENQUADRAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÕES E DE SISTEMAS EM SAÚDE NACIONAL IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL ERP EM INDÚSTRIAS NORDESTINAS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DE UM ERP EM DUAS INDÚSTRIAS NORDESTINAS CONTABILIDADE: PROVEDORA DAS INFORMAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SUBSISTEMAS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL TOMADA DE DECISÃO O USO DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE NA GESTÃO DOS SERVIÇOS SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE: A EPIDEMIOLOGIA E A GESTÃO DE SERVIÇO PADRÃO DE QUALIDADE DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO O ATUAL SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL PROCESSOS DECISÓRIOS E INFORMAÇÕES UMA CARACTERIZAÇÃO REFERENCIAL TIPOLOGIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PARA MUNICÍPIOS TIPOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO FORMAS DE ENQUADRAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÕES E DE

SISTEMAS EM SAÚDE NACIONAL IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL ERP EM INDÚSTRIAS NORDESTINAS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DE UM ERP EM DUAS INDÚSTRIAS NORDESTINAS CONTABILIDADE: PROVEDORA DAS INFORMAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES SUBSISTEMAS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL TOMADA DE DECISÃO O USO DE INFORMAÇÕES EM SAÚDE NA GESTÃO DOS SERVIÇOS SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE: A EPIDEMIOLOGIA E A GESTÃO DE SERVIÇO PADRÃO DE QUALIDADE DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO O ATUAL SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL PROCESSOS DECISÓRIOS E INFORMAÇÕES UMA CARACTERIZAÇÃO REFERENCIAL TIPOLOGIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ELEMENTOS PARA A UNIFORMIZAÇÃO DA LINGUAGEM FATORES DETERMINANTES E CONDICIONANTES DO PLANEJAMENTO SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS: UMA RETROSPECTIVA DE EXPERIÊNCIAS DO ESTADO DO PARANÁ E DO GOVERNO FEDERAL O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO FÍSICO (SAF) O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS (SAO) A SALA DE SITUAÇÃO GERENCIAL EQUÍVOCOS E VERDADES NA ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ALGUMAS PREMISSAS FALSAS ASPECTOS RELEVANTES NO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ATRIBUTOS DESEJÁVEIS NAS INFORMAÇÕES ASPECTOS ESTRATÉGICOS, DIFICULDADES E TENDÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ABRASCO. Uso e Disseminação de Informações em Saúde. Relatório final, Brasília, agosto de 1994. BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informações: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985. BURNHAM, T.F; MAT-TOS, M.L.P. (orgs). Tec-nologias da Informação e Educação à distância. EDUFBA, 2004. FUNDAÇÃO SEADE. Pesquisa condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo- definição e mensuração da pobreza na região metropolitana: uma abordagem multisectorial. São Paulo, 1992.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, A. A. & M. M. Alves. Gerência Estratégica da Tecnologia da Informação. Livros Técnicos e Científicos, 1992. MINISTÉRIO DA SAÚDE - Descentralização das ações de saúde. A ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei. Brasília, 1993. RIVERA, F. J. U. - Planejamento de saúde na América Latina: revisão crítica. In Rivera,F. J. U. Planejamento e programação em saúde .São Paulo, Cortez/ABRASCO, 1989. SUCUPIRA, A. C. S. L. et al. Projeto de Intervenção na Morbi-Mortalidade Neonatal no Município de São Paulo. Documento técnico, COAS/SMS/SP, julho de 1991.

PERIÓDICOS

NOVAES, H.M.D. e NOVAES, R.L. Políticas científicas e tecnológicas para a saúde coletiva. REV Ciência e Saúde Coletiva, v 1, n.1, 1996.

20

Trabalho de Conclusão de Curso

30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Profissional apto para atuar nos diferentes cenários das práticas de gestão em saúde, nos âmbitos público e privado, governamental e não-governamental: na gestão de sistemas, serviços e redes de saúde; como membro da equipe de saúde, nas ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais de construção e proteção da qualidade de vida; e no campo científico e tecnológico.